

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cármem limita impacto para União em caso do PIS/Cofins 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Veja como declarar compra e venda de imóvel em sociedade 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CORREIO TALKS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo erra ao punir quem produz 5

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Morte de idoso por covid tira R\$ 3,8 bi da economia 7

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

"Efeito vacina" se concentra em pessoas com mais de 80 10

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SEGURIDADE SOCIAL

Investimentos de RPPS na XP crescem 140% em um ano 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SERVIDOR PÚBLICO

Aprovação de Bolsonaro cai a 24%, pior marca da gestão 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Canetada da Economia eleva salários de Bolsonaro e ministros em até 69% 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CORREIO TALKS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso deve derrubar MP 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CORREIO TALKS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Caminho é a reforma tributária 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes quer dividir reforma tributária entre Câmara e Senado 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão mista de reforma tributária encerra sem votar parecer de Aguinaldo 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relatora vota por excluir ICMS de PIS/Cofins a partir de 2017 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Serviços encolhem 4% e ameaçam PIB 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Respeito à CPI (3) 28

Quinta-Feira, 13 de Maio de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Lula lidera corrida para 2022 e tem 55% contra 32% de Bolsonaro no 2º turno 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Rendimento do brasileiro deve cair em 2021, diz pesquisa do BC 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Banco vê efeito limitado de commodity no dólar 34

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

"Apagão" de vacinas já preocupa secretários - COLUNA DO ESTADÃO 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O medo de inflação nos Estados Unidos - CELSO MING 37

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

É inadmissível que universidades públicas corram risco de fechar (3) 39

Cármén limita impacto para União em caso do PIS/Cofins

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Em um primeiro passo rumo ao desfecho de um impasse bilionário entre União e empresas, a ministra Cármén Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou para que a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins seja aplicada sobre cobranças feitas após o julgamento original do caso, em 15 de março de 2017. Antes disso, apenas quem já havia ingressado com ações judiciais ou procedimentos administrativos questionando o recolhimento a mais do tributo, poderá pedir devolução dos valores.

A Corte já decidiu em 2017 que a cobrança de PIS/Cofins incluindo o ICMS na base de cálculo é inconstitucional, mas o alto impacto nas contas levou o governo a pedir a "modulação" dos efeitos apenas para o futuro.

As empresas, por sua vez, querem a devolução do que foi recolhido indevidamente no passado. É essa modulação que é alvo agora de deliberação pelo plenário.

O voto de Cármén Lúcia, que é a relatora do caso, está sendo visto por tributaristas como um "meio-termo", pois limitou o alcance de qualquer efeito retroativo da decisão do STF. A votação deve continuar hoje, quando os demais ministros se posicionarão sobre a questão. O cenário, portanto, pode mudar, conforme os votos e eventuais propostas divergentes que ganhem a preferência dos ministros.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estima que uma decisão favorável às empresas tenha impacto potencial de R\$ 258,3 bilhões, um passivo capaz de agravar ainda mais a situação das contas brasileiras.

As empresas, por sua vez, questionam o cálculo e também argumentam que ignorar o passivo pode prejudicar os balanços das companhias.

A questão é tão sensível para a equipe econômica que, no fim do mês passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu com o presidente do STF, ministro Luiz Fux, para tentar apresentar os argumentos da União em defesa do recurso federal.

Ele esteve acompanhado do procurador-geral da

Fazenda Nacional, Ricardo Soriano.

Algumas empresas, por sua vez, se anteciparam à decisão final do STF e passaram a descontar, via créditos tributários, valores pagos a mais no passado com a cobrança de PIS/Cofins sobre o ICMS, ou ainda passaram a incluir esses créditos como ativo em seus balanços.

Em seu voto, Cármén Lúcia afastou qualquer ocorrência de "omissão, contradição ou obscuridade" na decisão do STF em 2017, como alegado pelo União, que disse não ter sido observada jurisprudência da própria corte ao analisar a questão sobre o ICMS na base de cálculo de contribuições sociais. A ministra informou que os casos levantados pelo governo não se aplicavam ao julgamento atual.

I Antecipação

Nos últimos meses, a **Receita Federal** já tem observado um crescimento expressivo nas chamadas compensações tributárias, quando empresas declaram ter créditos a receber e usam isso para pagar menos imposto.

Em outubro do ano passado, a Receita reconheceu o aumento como fruto da decisão do STF

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Veja como declarar compra e venda de imóvel em sociedade

146 - Eu e meus pais compramos imóvel na planta (50% para mim e 50% para eles). Como declaramos? (F.M.F.). Na

ficha Bens e Direitos, campo Discriminação, cada um informa a compra e a parcela de 50% (considerando que seu pai informa os bens do casal na declaração dele). Indiquem o código respectivo do imóvel. No campo Situação em 31/12/2020, informem o valor proporcional de cada um pago até essa data.

147 - Vendi imóvel com lucro em 2020. Como era dono de 50% do imóvel, o cálculo foi feito no GCap pelo outro proprietário. Tenho cópia da guia em que recolhi o IR devido. Como e onde lanço os dados da venda? (L.R.). Preencha o GCap/2020 e faça a apuração considerando o custo de aquisição e o valor da sua parte na venda. Importe dos dados para o IR/2021. Na ficha Bens e Direitos, campo Discriminação, informe os detalhes da venda (nome, CPF/CNPJ do comprador e o valor recebido). Deixe com 0,00 o campo Situação em 31/12/2020.

148 - Em 2020, trabalhei em uma instituição de ensino superior que pagava só 50% do valor declarado no contracheque. O Informe de Rendimentos traz como se eu tivesse recebido 100%. Como declaro esse tipo de situação? (C.G.). Procure o RH da instituição e solicite a retificação do Informe. Caso não seja atendido, declare pelo valor efetivamente recebido e comunique o fato à **Receita Federal**. Os valores declarados não irão conferir com os do Informe e, também, com ao da Dirf entregue. A Receita reterá a sua declaração e solicitará esclarecimentos sobre o fato.

149 - Minha mãe tem Eireli mas os rendimentos não chegam a R\$ 17 mil no ano. Ela tem de declarar ou está isenta? (R.A.). Se ela não tem renda que exija a entrega da declaração ou não se enquadre em nenhuma das condições de obrigatoriedade, não precisa declarar (o fato de possuir empresa não a obriga a declarar). Nesse caso, você pode incluí-la como dependente, código 31, informando os bens e os rendimentos dela. Ela deve entregar uma declaração com o CNPJ da empresa.

150 - Pessoa mora nos EUA e não fez a declaração de Saída Definitiva do País. Ela tem interesses no Brasil (conta e aplicações financeiras, recebe aluguel de

imóvel). Está enviando dinheiro para adquirir apartamento no Brasil Como declarar? (J.F.P.). Como ela se ausentou do país sem apresentar a Declaração de Saída Definitiva, terá os rendimentos tributados como residente no Brasil durante os primeiros 12 meses de ausência. A partir do 13o mês, é considerada não residente e não precisará mais entregar declaração no Brasil. É recomendável procurar a Receita.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49526>

Governo erra ao punir quem produz



A decisão do governo de punir a indústria química com aumento de **impostos** para favorecer os caminhoneiros é um erro, na avaliação do senador Jean-Paul Prates (PT-RN). Para ele, não adianta de nada criar movimentos artificiais para conter os preços dos combustíveis - no caso, o do diesel. Segundo o parlamentar, o Brasil lutou por 50, 60 anos pela autossuficiência de petróleo para, depois, "jogar fora", por "burrice ou má-fé", a política de Preço de Paridade de Importação (PPI). "Não há como controlar o preço internacional do petróleo." "Resolvemos jogar nossa autossuficiência fora, desde 2017, aplicando, no mercado brasileiro o preço internacional. Mas, pior do que isso, é a paridade da importação, que é o preço lá em Rotterdam (Holanda) colocado no Brasil, ser adicionada ao frete e a todas as despesas necessárias para chegar ao chamado 'ponto A', que é na refinaria ou no terminal de importação. Eu não tenho outra palavra para qualificar isso senão de burrice ou má-fé", afirma.

Segundo Jean-Paul, todos, inclusive o setor químico, estão sendo vítimas "de um favorecimento explícito a um determinado grupo específico". "É a única coisa que eu posso reputar que faça o governo insistir tanto na política de paridade de importação e nessa volatilidade praticamente em tempo real e em dólar, que atinge toda a indústria brasileira, ao agronegócio exportador, a todos nós como cidadãos", frisa.

Para o senador, o setor químico está sofrendo três grandes ataques: o primeiro deles, a privatização sem planejamento das refinarias brasileiras do setor de petróleo. Ele diz não ser contra privatizar, mas não acha que essa seja a ação certa no caso das refinarias da Petrobras pelo fato de o país ter lutado muito para ser autossuficiente na produção de petróleo justamente para se ver livre da volatilidade internacional dos preços da commodity.

Ataques em série

O parlamentar ressalta que os cidadãos não estão

sofrendo muito, no momento, com os preços porque estão circulando menos e utilizando menos automóveis individuais, devido à pandemia. "Eu concordo que o governo faça suas modificações. Foi eleito, tem suas teses econômicas. Eu só acho que as refinarias e a privatização delas, como estão sendo feitas, estão muito erradas. Ninguém está vendendo refinaria nesse momento, ninguém no mundo, só nós, e sem uma preocupação de plano estratégico", aponta.

O segundo ataque ao setor químico é o fim do Regime Especial da Indústria Química (REIQ), com previsão de validade a partir de julho, como traz a Medida Provisória 1.034. "Por que o REIQ está sendo extinto? Por causa da política de combustível. Está sendo extinto como artifício formal para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e compensar uma redução absurda de **impostos** federais sobre combustíveis fósseis. O Brasil é o único país do mundo que está zerando **impostos** federais sobre o consumo e a queima de combustíveis fósseis. (Este é o) terceiro ataque à indústria química, que tem justamente nesse produto fóssil, o seu principal insumo e a razão de existência", diz.

De acordo com ele, é fundamental tirar o REIQ de pauta. "Não há que se mexer nisso agora. Vamos mexer mais na frente, talvez um critério de ajuste segundo os preços internacionais de petróleo, de forma que o governo participe um pouco com receitas extraordinárias que a baixa de preços, eventualmente, lá fora representam para o setor químico", destaca. "Podemos falar sobre isso lá na frente. Mas, neste momento, mexer nesse regime especial, afetar esse setor ainda em cima de números errados, onde você reduz a arrecadação, não considera a queda de produção. Não há outra palavra para expressar isso, a não ser burrice", emenda.

Equívoco

O senador Jean-Paul ressalta que o regime especial do setor químico não é privilégio, mas, sim, "um incentivo a uma indústria fundamental ao Brasil". "Só está sendo mexido porque o governo, absurdamente, entrou numa vibe de aplicar paridade de importação num país autossuficiente de petróleo e teve que zerar os **impostos** federais, porque sabe que, na saída da pandemia, o preço do petróleo só tende a subir. Vamos ter aí seis meses de preço mais alto", afirma.

Segundo o senador, para fazer isso, o governo abriu

mão de **receita federal**. "Para deixar o preço ao importador do diesel do jeito que ele quer, num país que produz o seu próprio petróleo e que tem a capacidade de refinar pelo menos 85% do que produz, não tem necessidade. Atualmente, estamos refinando menos de 60% do petróleo porque o governo manda as refinarias produzirem menos do que devem para abrir espaço para a competição do produto importado. Então, é uma política que não faz o menor sentido e que tem uma força por trás que a gente vai descobrir juntos", conclui.

Morte de idoso por covid tira R\$ 3,8 bi da economia



Ana Amélia Camarano, economista do Ipea: "Em muitos casos, quando o idoso morre, a família entra na pobreza"

Gabriel Vasconcelos

As mortes de idosos por covid-19 no Brasil tiraram cerca de R\$ 3,8 bilhões de circulação da economia nos 13 meses e meio de pandemia até abril. Essa renda não realizada aproximou da pobreza milhares de famílias que dependiam financeiramente de pais e avós.

O alerta sobre o impacto social das mortes de pessoas com 60 anos ou mais na renda de familiares remanescentes é da economista do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) Ana Amélia Camarano, especializada em terceira idade. A estimativa do montante perdido com a morte de 301 mil idosos no período é do Valor e foi avalizada pelo Ipea.

O cálculo tem como base óbitos listados na Central de Informações do Registro Civil (CRC) e compilados pelo Valor Data, além de informações sobre renda média da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IB-GE) em 2019, ano que precede a crise sanitária. Então, pessoas com mais de 60 anos tinham rendimento total médio de R\$ 2.249.

O montante perdido equivale a 1,3% do rendimento total da população nos 12 meses de 2019, R\$ 294,4 bilhões, o último dado aferido pelo IBGE, que considera salários, aposentadorias, pensões e outras

fontes. Mas Ana Amélia diz que, para além do drama humanitário, o cume do problema está no impacto concentrado dessas perdas no orçamento de famílias que dependiam financeiramente dos rendimentos desses idosos.

Em nota técnica a ser publicada pelo Ipea a qual o Valor teve acesso, Ana Amélia calcula o baque financeiro provocado, em média, pela morte de um idoso arrimo de família: há redução de 48,4% na renda per capita dos familiares remanescentes, que cai de R\$ 1.475,6 para R\$ 760,4. Para efeito de comparação, a perda da renda do trabalho de um integrante adulto, devido a morte ou desemprego, leva a uma redução menor, de 43,7%, na renda per capita dos familiares remanescentes.

"Em muitos casos, quando o idoso morre, a família entra na pobreza, sobretudo agora em que são poucas as chance de recomposição da renda em meio à crise e desemprego alto. Isso não tem sido observado a contento", diz a especialista. "No Brasil, ainda se entende a **Previdência Social** como gasto e não como elemento estrutural do Estado de bem-estar social."

Entre os estudiosos da terceira idade no Brasil, é consenso que a universalização da **Seguridade Social** no Brasil, introduzida pela Constituição de 1988, diminuiu a pobreza entre idosos e beneficiou indiretamente não idosos. "Com a renda obtida pela **Seguridade Social**, eles [idosos] assumem uma salvaguarda de subsistência familiar e invertem o papel social de dependentes para provedores", escreve Ana Amélia na nota técnica.

Com o passar dos anos, diz ela, o número de idosos que sustentam famílias numerosas se intensificou pelo envelhecimento da população e pela intensificação do fenômeno dos "nem nem", pessoas que não estudam nem trabalham, primeiro entre jovens de 15 a 29 anos e, mais recentemente, entre homens de 50 a 59 anos desalentados.

De fato, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Covid-19 (Pnad Covid-19) de novembro de 2020, reunidos pela pesquisadora, mostram que, então, 55,4% dos 34,3 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais (19 milhões de pessoas) moravam com filhos, parentes, agregados ou empregados

domésticos.

Essas famílias que mesclam gerações têm, em média, 2,9 pessoas e são chamadas de "continentes" porque provêm maior cuidado aos idosos. Segundo o IBGE, 65,9 milhões de brasileiros viviam nesse tipo de arranjo, e a maioria, 35,3 milhões, era de adultos e crianças. Entre os adultos, 43,1%, cerca de 15,2 milhões, não trabalhavam. Nesse cenário, em 21% do total de domicílios brasileiros, mais da metade da renda vem do idoso, seja de aposentadoria, seja de pensões.

Extrapoladas para o universo de idosos vítimas da covid-19 até abril, essas proporções indicam que, potencialmente, 165,3 mil deles estavam nessa situação, e deixaram para trás cerca de 314 mil familiares ou empregados, possivelmente em dificuldades financeiras. Como não há informações precisas sobre o comportamento da doença entre os idosos de famílias continentais, esses números são projeções, mas ajudam a vislumbrar a dimensão do problema.

O economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), afirma que esse contingente de afetados pode ser considerado conservador, por não considerar o desemprego causado pela pandemia entre os idosos vivos.

Ele diz que, na comparação entre o quarto trimestre de 2019 e igual período de 2020, ou seja, antes e durante a pandemia, houve perda real de 18% especificamente na renda do trabalho do grupo com mais de 60 anos, percentual no máximo igualado pelas faixas mais jovens da pirâmide etária. "Os idosos são duplamente penalizados na pandemia, com mais mortes e desemprego maior", diz.

O fenômeno se soma à perda das aposentadorias e pensões. Neri afirma que os números do **INSS** acusam redução de 31% no número de benefícios entre janeiro de 2020 e igual mês de 2021.

Neri diz, ainda, que a estimativa de perdas na ordem de R\$ 3,8 bilhões, é "conservadora" porque não reflete seu caráter permanente e não inclui no cálculo a expectativa de vida tirada das vítimas. Já considerando a redução da expectativa de vida pela pandemia, Ana Amélia calcula que um homem de 70 anos ainda viveria, em média, mais 13,6 anos, o que aumentaria em muito o impacto monetário de sua morte sobre dependentes.

Neri diz ainda que há uma falha grave na formatação do auxílio emergencial que, nessa segunda etapa, funciona com um sub-cadastro da época de sua

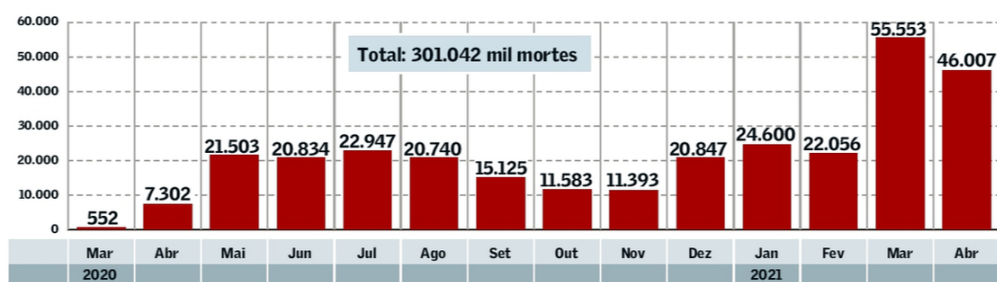
criação, o que exclui pessoas afetadas ao longo da crise, como filhos e netos antes sustentados por idosos mortos.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186858?page=1§ion=1

Os idosos na pandemia

Mortes por covid-19 entre pessoas com 60 anos ou mais



Lares brasileiros

- 72,6 milhões de domicílios
- 25,4 milhões de domicílios com idosos
- Em 15,4 milhões de domicílios, mais de 50% da renda vem do idoso
- 65,9 milhões de pessoas moram em lares com idosos
- 53,5% ou 35,3 milhões são adultos e crianças
- 43,1% desses adultos (15,2 milhões) não trabalham

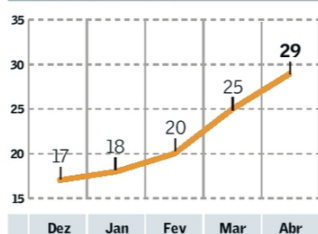
Efeito vacina

Percentual entre os mortos

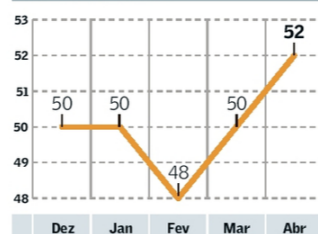
Entre 0 e 39 anos



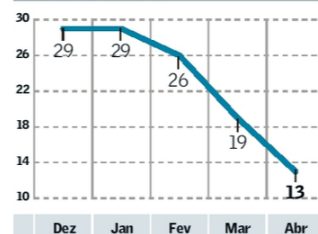
Entre 40 e 59 anos



Entre 60 e 79 anos



80 anos ou mais



Fontes: Central de Informações do Registro Civil - CRC Nacional. Elaboração: Valor Data. IBGE. Elaboração: Ipea. Grupo de pesquisa Macroeconomia da Pandemia (IE/UFRJ), com base no CRC Nacional

"Efeito vacina" se concentra em pessoas com mais de 80

Gabriel Vasconcelos

Encarada por especialistas como a única saída efetiva para encerrar de vez a mortandade de idosos por covid-19 no Brasil, a vacinação avança nessa população, mas, até o fim de abril, só freou de forma tangível os óbitos entre aqueles com 80 anos ou mais.

O percentual de pessoas nessa faixa etária entre o total de mortos caiu 16 pontos percentuais entre janeiro e abril, de 29% para 13%, segundo levantamento do grupo de pesquisa Macroeconomia da Pandemia, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Já o número de óbitos entre 60 e 79 anos se manteve estável. Em compensação, a participação de crianças e adultos nas mortes vem aumentando. Em números absolutos, os óbitos aumentaram para todos, mesmo sob a vacinação.

O primeiro pelotão de idosos, que reúne a maior parte dos que trabalham e são arrimo de filhos e netos, é o mais vitimado pela doença: responde por metade dos óbitos desde o fim do ano passado. A tendência, dizem os pesquisadores da UFRJ, é que essas mortes caiam nos próximos dois meses por efeito da vacina.

Pelo menos até lá, o alerta da família Borba estará ligado. Os movimentos da matriarca, Daisy Borba, de 74 anos estão sob estrita vigilância da filha e dos dois netos com quem ela divide a casa em Nilópolis, na Baixada Fluminense. Engorda a lista de vigias o casal de idosos para quem Daisy trabalha como doméstica.

Se o cuidado dos filhos e patrões é de natureza afetiva, Daisy diz seguir o distanciamento à risca por saber que a família depende quase exclusivamente de sua renda. Como telefonista aposentada, ela recebe um salário mínimo do **INSS** e outros dois vêm da remuneração como doméstica. É com essa renda que sustenta a filha desalentada de 51 anos, o neto de 27 anos desempregado e outro, de 31, que trabalha como técnico em uma empresa de telefonia. Mais de 80% da renda efetiva da casa vem de Daisy.

"Eu pago o aluguel e todas as outras contas. Eles não têm de onde tirar, mas meu neto mais velho me dá todo mês o vale-refeição dele. É um valor bem gordinho", diz Daisy sobre a ajuda do rapaz, que tenta economizar do salário para construir a casa própria e casar.

De acordo com o IBGE, Daisy integra os 11,7% dos idosos que são mulheres e vivem com gerações mais jovens, muitas vezes dependentes financeiramente. Vacinada, ela dorme na casa dos patrões por mais dias e só se desloca de carro, com o marido de uma neta, motorista de aplicativo.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186858?page=1§ion=1

Investimentos de RPPS na XP crescem 140% em um ano



O segmento da XP voltado a investidores institucionais, que integra a divisão XP Corporate, registrou no último ano um crescimento de 140% em sua operação para administradores do chamado Regime Próprio da **Previdência Social** (RPPS). O volume aplicado atingiu R\$ 2,4 bilhões em março, contra R\$ 1 bilhão no mesmo mês de 2020.

Segundo executivos da XP, o desempenho reflete diferenciais que permitem aumentar o retorno dos investimentos e reduzir taxas de administração. A lista inclui uma boa seleção de fundos de gestores independentes no Brasil, a maior oferta do mercado de investimentos no exterior para RPPS e a possibilidade de negociar títulos públicos diretamente na plataforma do banco.

Cerca de 2.100 dos 5.570 municípios brasileiros adotam o RPPS, em vez do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), para seus servidores concursados. Eles mantêm fundos que recebem contribuições mensais de servidores e prefeituras e pagam aposentadoria e pensão aos beneficiários. O saldo global desse segmento é estimado hoje em R\$ 190 bilhões.

Um dos principais desafios dos administradores desses fundos diz respeito à aplicação dos recursos. A decisão deve respeitar as rigorosas normas estabelecidas pela Resolução nº 3.922/2010 do Banco Central, que estabelece uma série de limites às opções de investimento para preservar a segurança do sistema. Por outro lado, é preciso alcançar a meta de retorno necessária para o equilíbrio atuarial do RPPS, que hoje exige rentabilidade equivalente ao índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 5,80% ao ano.

Até alguns anos atrás, praticamente a totalidade desses recursos era investida nos grandes bancos,

principalmente nos públicos. A XP, segundo a head de Investidores Institucionais, Tais Campos, foi uma das primeiras instituições a criar uma operação exclusiva para o segmento. "A principal diferença é que os bancos oferecem aos RPPSs apenas produtos de gestão própria, enquanto a diversificação em assets independentes tem entregado melhores resultados", ela explica.

A plataforma da XP oferece atualmente 65 fundos aos investidores de RPPS, de 17 diferentes gestores. Desse total, 34 são locais, e 31 são fundos de investimento no exterior, em parcerias da própria asset da XP com alguns dos maiores bancos de investimento do mundo, como Morgan Stanley, JP Morgan, Axa, BridgeWater, Wellington e Ashmore.

O head de RPPS da XP, Lauter Ferreira, lembra que a autorização para investir diretamente no exterior só foi concedida ao segmento em 2019. Em pouco tempo, a XP se tornou a instituição com mais opções de investimento direto no exterior e também a líder no ranking de capital investido lá fora por RPPS.

As normas que regulam o setor restringem as aplicações basicamente a fundos de investimento, com limites específicos para diferentes modalidades. A exceção são os títulos públicos do governo brasileiro, que os administradores de RPPS podem comprar e vender livremente. Um dos trabalhos que a XP vem fazendo é estimular os clientes do segmento a operar diretamente em sua plataforma. Assim, eles podem formar carteiras com prazos e rendimentos mais bem ajustados às suas necessidades atuariais e ficam livres das taxas de administração cobradas pelos fundos de títulos públicos.

Outro diferencial da XP, segundo Ferreira, são os cursos oferecidos gratuitamente aos gestores de RPPS. Agrade conta com 25 títulos, incluindo desde os tradicionais programas preparatórios para as certificações CPA10 e CPA20, os cursos exigidos pela Secretaria da **Previdência Social** e opções para ajudá-los a desempenhar melhor sua função social junto aos beneficiários, como o curso de Atendimento Humanizado para Idosos. "É uma forma de mostrar que a nossa parceria não busca apenas o investimento, mas visa também ao fortalecimento deles como instituição", conclui Ferreira.

Site:

https://www.valor.com.br/virador?valor_pro=1#/edition/186858?page=1§ion=1

Aprovação de Bolsonaro cai a 24%, pior marca da gestão



O presidente Jair Bolsonaro em cerimônia do Planalto nesta quarta-feira (12) Sergio Lima/AFIP

Joelmir Tavares são paulo

O governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem a aprovação de 24% dos brasileiros, a pior marca de seu mandato até aqui, segundo pesquisa do instituto Datafolha. O percentual dos que consideram a gestão ótima ou boa era de 30% em março, quando foi feito o levantamento anterior.

Os que rejeitam o governo, considerando-o ruim ou péssimo, eram 44% e são 45% na nova pesquisa, realizada entre esta terça-feira (11) e esta quarta (12), com 2.071 entrevistas presenciais em 146 municípios de todo o Brasil. A margem de erro é dez pontos percentuais para mais ou para menos.

O governo atual, que assumiu o Palácio do Planalto em janeiro de 2019, é avaliado como regular por 30% dos entrevistados, percentual maior do que os 24% de março; 1% não opinou.

A nova rodada do Datafolha mostrou ainda caminho pedregoso para Bolsonaro em sua já anunciada tentativa de reeleição, em 2022. Segundo o instituto, 54% dizem que não votariam nele de jeito nenhum, e o ex-presidente Lula (PT), seu principal rival, lidera a corrida para a Presidência.

O petista, que se livrou das condenações na Operação Lava Jato, conta com margem confortável no primeiro

turno e venceria o atual presidente na segunda etapa do pleito.

A série histórica da pesquisa mostra que, de dezembro para cá, a popularidade de Bolsonaro derreteu. A fatia de ótimo ou bom, que no último mês de 2020 atingia o recorde de 37%, foi caindo paulatinamente até chegar ao atual patamar de 24% (queda de 13 pontos percentuais).

Na mesma toada, o grupo dos que consideram o governo ruim ou péssimo, que em dezembro correspondia a 32%, cresceu sucessivamente até atingir os atuais 45% (alta também de 13 pontos).

Com os resultados mais recentes, é a primeira vez na série histórica do Datafolha sobre a avaliação do governo, iniciada em abril de 2019, que Bolsonaro amarga, ao mesmo tempo, o maior percentual de rejeição e o menor de aprovação.

O cenário se apresenta no momento em que sua gestão enfrenta CPI no Senado que apura a responsabilidade do Executivo no descontrole da pandemia, que já matou mais de 425 mil brasileiros. O negacionismo científico e a inépcia administrativa do presidente são alvo da investigação.

Ao mesmo tempo, têm ficado evidentes a fragilidade política do governo e o isolamento internacional, enquanto a atividade econômica se recupera a passos lentos das consequências trazidas pela crise sanitária. O país teve em 2020 o maior recuo do **PIB** em 30 anos, com queda de 4,1%.

Com a nova pesquisa, a rejeição a Bolsonaro, na comparação com outros presidentes eleitos desde 1989 e com tempo semelhante no cargo no primeiro mandato (2 anos e 5 meses), só é inferior à de Fernando Collor de Mello (PRN).

Na mesma altura do mandato, em 1992, já perto de ser ameaçado pelo processo de impeachment, Collor somava 68% de ruim ou péssimo e tinha 21% de avaliação regular. A fatia de ótimo e bom, no entanto, estava em 9%, bem abaixo da registrada hoje pelo atual mandatário.

A pesquisa Datafolha mostra ainda que a avaliação da gestão Bolsonaro varia dentro de grupos específicos.

A aprovação é mais elevada entre os homens (29% deles consideram o governo ótimo ou bom) do que entre as mulheres (entre elas, o índice cai para 21%).

No recorte por idade, o governo possui o pior desempenho entre os cidadãos mais jovens. Entre pessoas com 16 a 24 anos, apenas 13% acham a gestão ótima ou boa. O maior índice de aprovação é encontrado na faixa dos que têm 60 anos ou mais, em que 29% expressam opinião positiva.

Já a classificação por escolaridade demonstra impopularidade maior entre os que estudaram mais. Enquanto entre os com ensino superior chega a 57% a taxa de ruim ou péssimo, o percentual despenca para 40% entre os que têm só o ensino fundamental. Pelo critério de renda, a maior rejeição se encontra na faixa acima dos dez salários mínimos mensais: 63% consideram o governo ruim ou péssimo. O percentual recua para 45% entre os mais pobres (com até dois salários), se mantém nos 45% no grupo de dois a cinco salários e chega a 47% no de cinco a dez.

A comparação regional também expõe discrepâncias. Nordeste (51%) e Sudeste (47%) dão ao governo Bolsonaro os maiores índices de ruim ou péssimo, enquanto os maiores percentuais de ótimo ou bom se apresentam nas regiões Centro-Oeste/Norte (31%) e Sul (29%).

Há ainda tendência de maior reconhecimento positivo à gestão federal em municípios do interior do que em capitais e grandes cidades. Nas regiões metropolitanas, 50% acham o governo ruim ou péssimo, percentual que diminui para 41% nas cidades de porte menor.

Em relação à cor, é no grupo dos que se declaram pretos que o governo enfrenta a maior reprovação, com 53% de ruim ou péssimo. Já os brancos dão à gestão de Bolsonaro o maior percentual de ótimo ou bom (27%), taxa semelhante à que ocorre entre os pardos (24%). Entre os pretos, são 18%.

Na parcela dos evangélicos, que dá sustentação ao presidente e é por ele afagada, a aprovação bate os 33%. O índice cai para 23% entre católicos e 15% entre espíritas/kardecistas. Esse terceiro grupo é o que mais exhibe rejeição (69% de ruim ou péssimo).

Quando a categorização dos entrevistados é feita por ocupação principal, a taxa de ruim e péssimo alcança 58% na classe dos funcionários públicos. Entre empresários, por outro lado, a porcentagem de reprovação desce para 26%, o melhor resultado para a gestão.

Os grupos que sinalizam maior rejeição, na sequência

dos **servidores públicos**, são: estudantes (57%), desempregados que procuram emprego (53%) e assalariados sem registro em carteira (50%).

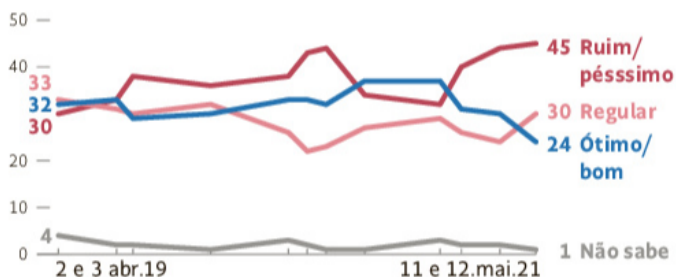
O humor do brasileiro sobre o governo foi aferido pelo Datafolha duas semanas após a instalação da CPI da Covid. Com mais de 400 mil mortos pela doença, Bolsonaro subiu o tom contra o STF e sugeriu que poderia agir contra estados e municípios.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49526>

Aprovação a Bolsonaro recua seis pontos e chega a 24%, a pior marca do mandato

Resposta estimulada e única, em %



48 Entre empresários

29 Entre homens

33 Entre evangélicos

31 Entre moradores do Centro-Oeste/Norte

63 Entre quem ganha mais de dez salários mínimos

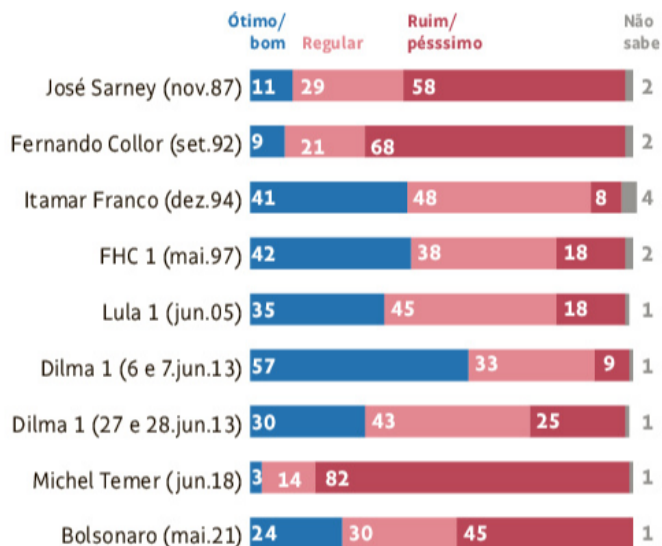
58 Entre funcionários públicos

57 Entre quem tem ensino superior

50 Entre mulheres

Comparação com outros presidentes em períodos similares de governo

Resposta estimulada e única, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.071 brasileiros com 16 anos ou mais nos dias 11 e 12 de maio. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos

Canetada da Economia eleva salários de Bolsonaro e ministros em até 69%



Bernardo Caram *brasil*

Uma regra editada pelo governo Jair Bolsonaro que autoriza uma parcela de servidores a receber mais do que o teto remuneratório constitucional fará com que o próprio presidente e membros do primeiro escalão tenham aumentos de salário.

Os ganhos serão de até 69%, com pagamentos mensais que, a depender da autoridade, poderão ultrapassar R\$ 66 mil.

A medida, colocada em vigor enquanto o funcionalismo está com salários congelados, deve beneficiar Bolsonaro, o vice-presidente, Hamilton Mourão, ministros militares e um grupo restrito de cerca de mil servidores federais que hoje têm remuneração descontada para respeitar o teto constitucional.

Publicada no dia 30 de abril, a portaria da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia começou a valer neste mês e terá efeito para os pagamentos realizados a partir de junho.

A Constituição define que a remuneração para cargos públicos, pensões e outras vantagens não pode exceder o salário dos ministros do STF, hoje em R\$ 39.293,32.

A portaria inova ao criar uma espécie de teto duplo. Ela estabelece que o limite remuneratório incidirá separadamente para cada um dos vínculos no caso de aposentados e militares inativos que retornaram à atividade no serviço público.

Com isso, a medida significa que o teto total para

essas pessoas passa a ser de R\$ 78.586,64 por mês. Entre os membros da cúpula do Executivo que serão beneficiados pela mudança, Bolsonaro deve ter o aumento mais modesto.

Hoje, ele recebe R\$30,9 mil pela função de presidente e tem mais R\$ 10,7 mil em outros benefícios, mas é feito um corte de R\$ 2.300 para que o teto seja obedecido.

Com a nova norma, a remuneração bruta do presidente deve passar de R\$ 39,3 mil para R\$ 41,6 mil, uma alta de 6%.

Mourão, que é general da reserva, terá aumento de quase 64%. A remuneração mensal bruta deve deixar de ter um abatimento feito atualmente, de R\$ 24,3 mil, para respeitar o teto. Com isso, o valor bruto passa de R\$ 39,3 mil para R\$ 63,5 mil, diferença de 62%.

Entre os ministros militares, o maior salto no salário fica com o chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos. O governo deve deixar de fazer um desconto mensal de R\$ 27 mil, levando a remuneração a R\$ 66,4 mil - a alta de 69%.

Na lista, também aparece o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, com aumento de 13\$ 22,8 mil, totalizando R\$ 62 mil por mês (alta de 58%).

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, deve passar a receber um adicional de R\$ 23,8 mil. O salário irá para R\$ 63 mil (+60%).

Há ainda o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, com elevação de R\$ 17,1 mil, indo a R\$ 56,4 mil por mês (aumento de 44%).

De acordo como Ministério da Economia, das mil pessoas que serão beneficiadas pela regra, mais de 70% são médicos e professores. O teto duplo vale para profissionais dessas áreas que acumulam funções.

O impacto fiscal da medida pode variar, mas é estimado pelo governo em aproximadamente R\$ 66 milhões ao ano. Isso significa que cada um dos mil servidores alcançados receberá em média R\$ 5.000 a

mais por mês. Portanto, o benefício à cúpula do governo será maior do que para o restante dos atingidos.

Como exemplo, o gasto anual estimado seria suficiente para pagar 66 mil beneficiários do auxílio emergencial por quatro meses, considerando valor médio de R\$ 250.

O ministério afirma que a portaria adequa o cálculo do teto a decisões do STF e do TCU (Tribunal de Contas da União).

Segundo a pasta, a aplicação desses entendimentos foi aprovada pela AGU (Advocacia-Geral da União) em dezembro de 2020.

Na avaliação do secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, o governo é contraditório ao adotar uma medida que aumenta salários de uma pequena parcela do funcionalismo ao mesmo tempo que os **servidores públicos** estão com salários congelados.

Para ele, a decisão vai na contramão dos planos para a reforma administrativa e o fim dos supersalários.

"Em plena pandemia, no momento de graves dificuldades fiscais, causa surpresa a criação da possibilidade de um servidor ganhar até dois tetos. O ajuste fiscal será somente em cima do barnabé? "

Castello Branco afirmou que essa é mais uma medida para driblar o teto remuneratório, que já é desrespeitado há mais de 30 anos por decisões judiciais e interpretações de interesses corporativos.

Em audiência no Congresso na terça-feira (11), o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o governo está apenas respeitando a decisão do STF. Ele ressaltou que, para acabar com os pagamentos acima do teto, o Legislativo precisa aprovar um projeto com essa definição.

"Foi falado muito sobre a decisão dos supersalários, dinheiro para presidente e vice-presidente. Estamos simplesmente cumprindo uma decisão do Supremo. Sou obrigado a cumprir uma decisão do Supremo. Aleia gente obedece", disse o ministro.

Apesar da afirmação desta semana, Guedes já afirmou, em setembro do ano passado, que os salários da alta administração brasileira são muito baixos.

Bolsonaro, por sua vez, disse, em dezembro de 2019, que os ministros aceitaram trabalhar "basicamente como voluntários" e, na avaliação dele, "sem ganho nenhum".

No Congresso, há projetos para regulamentar o trecho da Constituição e impedir que o teto seja descumprido.

Hoje, apesar da existência do limite, diversos penduricalhos ficam fora dessa conta e acabam inflando as remunerações. As propostas de lei, no entanto, nunca tiveram aprovação concluída pelos parlamentares.

Procurados, o Ministério da Defesa e a Casa Civil ressaltaram que a portaria regulamenta decisões do STF e do TCU.

Sem mencionar que apenas uma fração do funcionalismo será beneficiada, as pastas disseram que todos os servidores do Executivo serão abarcados pela medida.

Os dois ministérios não comentaram os aumentos de Braga Netto e Ramos.

O Gabinete de Segurança Institucional e a Vice-Presidência da República afirmaram que não iriam se manifestar. O Palácio do Planalto e o Ministério da Ciência e Tecnologia não haviam respondido até a conclusão desta reportagem.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49526>

Portaria do Ministério da Economia libera salário acima do teto para alto escalão

Pela Constituição, remuneração máxima hoje é de R\$ 39.293,32

Autoridade	Também é	Abate-teto atual, em R\$	Remuneração bruta atual (teto do funcionalismo), em R\$	Novo valor bruto mensal, em R\$	Diferença, em %
Luiz Eduardo Ramos Casa Civil	General da reserva do Exército	-27.070,24	39.293,32	66.363,56	69
Hamilton Mourão Vice-presidente	General da reserva do Exército	-24.311,71	39.293,32	63.605,03	62
Augusto Heleno Gab. de Segurança Instit.	General da reserva do Exército	-23.794,99	39.293,32	63.088,31	61
Walter Braga Netto Defesa	General da reserva do Exército	-22.759,39	39.293,32	62.052,71	58
Marcos Pontes Ciência e Tecnologia	Tenente-coronel da reserva da Aeronáutica	-17.143,98	39.293,32	56.437,30	44
Jair Bolsonaro Presidente	Capitão reformado do Exército	-2.344,53	39.293,32	41.637,85	6

As regras

Teto remuneratório

Constituição define que a remuneração para cargos públicos, pensões e outras vantagens não pode exceder o salário dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), hoje em R\$ 39.293,32

Nova portaria

Cria uma espécie de teto duplo. Estabelece que o limite remuneratório incidirá separadamente para cada um dos vínculos no caso de aposentados e militares inativos que retornaram à atividade no serviço público. Também vale para professores e médicos que acumulam funções

1.000

É o número de servidores que serão beneficiados pela medida. O funcionalismo federal é composto por cerca de 590 mil servidores

R\$ 66 milhões

É o impacto fiscal da medida por ano

Fonte: Portal da
Transparência

Congresso deve derrubar MP



O país precisa de medidas imediatas que preservem a indústria química, fundamental para o exercício de uma série de outros setores produtivos, como o agronegócio, e peça-chave para a fabricação de insumos médicos. Além disso, ela pode ser um dos motores para a retomada da economia em meio à pandemia da covid-19. Essa é a avaliação do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que alerta sobre a necessidade de o governo federal ser mais assertivo na hora de estabelecer políticas que favoreçam as condições de funcionamento do setor químico.

Para o parlamentar, o Executivo federal não tem tratado esse segmento da economia com a devida atenção. Um dos exemplos, segundo ele, foi a Medida Provisória (MP) 1.034/2021, elaborada em março, que propõe a suspensão do Regime Especial da Indústria Química (REIQ) a partir de julho, para que seja possível compensar a perda de arrecadação com a isenção de **impostos** sobre o óleo diesel, medida que favoreceu os caminhoneiros, categoria que está na base de apoio do presidente Jair Bolsonaro.

Jardim avalia que a MP que propõe o fim do benefício fiscal significaria um aumento considerável de **impostos** para a indústria química, o que é desnecessário devido o atual momento do Brasil, de desaquecimento econômico e desemprego recorde. Com as empresas tendo dificuldade para manter funcionários e conseguir índices aceitáveis de faturamento, a suspensão do REIQ tornará o ambiente para esse setor químico ainda mais desfavorável. "Não há país que tenha indústria sólida se não houver base na indústria química, e o Brasil corre o risco de abdicar disso", afirma.

"A projeção de futuro, se a retirada do REIQ de alguma forma vier, é de que isso cause um impacto negativo nas finanças públicas - ao contrário do que se propaga no governo. Estamos falando de consequências a curto e médio prazos, pela perda de

postos de trabalho e desativação de ramos importantes da economia. Em um momento como esse, em que discutimos medidas de incentivos à economia, precisamos ter uma visão que vá além da contabilidade anual, que é o que inspirou a Mp. Contudo, isso não resiste aos fatos, a uma visão mais estratégica", acrescenta.

Sem articulação

Segundo Arnaldo Jardim, por mais que a medida prevendo o fim do Regime Especial da Indústria Química seja de total interesse do governo, ainda não há nenhuma articulação do Palácio do Planalto junto ao Congresso Nacional para garantir a aprovação da matéria. Essa falta de ação do Executivo pode facilitar a derrubada da MP, na avaliação do deputado.

O parlamentar, de qualquer forma, reconhece que mudanças no regime tributário da indústria química precisam acontecer, mas eventuais alterações precisam ser discutidas em um ambiente propício, como no da **reforma tributária**. Jardim pondera que não se pode tomar medidas de forma "isolada e localizada", como a suspensão do REIQ, pois isso "é sacrificar uma base para a retomada do crescimento da economia".

"Nós queremos uma estratégia de retomada da atividade econômica com a implementação de reformas de uma maneira mais estrutural, ampla. Não concordamos com o que está sendo proposto pela MP. Ou o governo assume seu comando da política econômica, visto que tem sido incapaz de oferecer diretrizes de retomada do crescimento do país, ou nós vamos buscar dentro desse contexto impedir que prospere a medida provisória", assinala o deputado.

O parlamentar vai além: "Precisamos discutir, em um contexto geral, com uma proposta estruturada que cause responsabilidade e que identifique e repactue segmentos que devam contribuir nesse momento. Ou seja, dentro de uma visão estratégica de retomada. Neste momento, o fim do REIQ é algo que nos causará problema por comprometer a indústria química", completa.

Críticas

Arnaldo Jardim usou a MP como exemplo para escancarar a insatisfação de uma parcela do Legislativo com a atual gestão do Ministério da Economia. Na opinião dele, o ministro Paulo Guedes

toma decisões que dificultam a retomada da economia do Brasil em meio à pandemia da covid-19. Segundo o parlamentar, "o "Posto Ipiranga" não está funcionando".

"Não identificamos, do comando da política econômica, nenhuma diretriz que guarde coerência com a busca da retomada do crescimento. O acúmulo que se fez em torno de um único ministro, com o sacrifício do Ministério da Indústria e do Comércio, faz com que a interlocução fique simplesmente em torno da busca do equilíbrio fiscal. É tudo dentro de uma visão contabilista e imediatista", reclama o deputado.

Apoio político

Em março deste ano, temendo uma rebelião dos motoristas de caminhão, que ameaçavam com uma greve, o governo zerou **impostos** que incidem sobre o diesel por dois meses. Também retirou os **tributos** incidentes sobre o gás de cozinha. A crise foi tamanha, que o presidente Jair Bolsonaro acabou demitindo Roberto Castello Branco da presidência da Petrobras.

Caminho é a reforma tributária



Para permitir que a indústria química nacional tenha condições de competir com igualdade com o mercado internacional e contribuir para a retomada da economia do país diante dos efeitos causados pela pandemia da covid-19, o deputado Laércio Oliveira (PP-SE) defende que o Congresso Nacional não aprobe a Medida Provisória (MP) 1.034/2021. O texto do governo federal sugere a suspensão do Regime Especial da Indústria Química (REIQ), a partir de julho, para compensar a isenção da cobrança de **impostos** sobre o óleo diesel e o gás de cozinha até dezembro deste ano.

No entender do parlamentar, o Executivo precipitou-se ao formular a medida e não teve sensibilidade para avaliar a importância do benefício fiscal ao setor. Criado em 2013, o REIQ possibilitou um ambiente mais favorável à atividade das indústrias químicas por meio da desoneração das alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a compra de matérias-primas básicas petroquímicas da primeira e da segunda geração. Segundo Oliveira, dar um fim a isso é um "retrocesso enorme" e o parlamento precisa dar uma resposta.

"Vamos medir as consequências. Estamos falando de perda de competitividade, desemprego, aumento de **impostos**, queda de produção e queda da arrecadação de **impostos**. Tudo o que a gente não pode viver nesse momento. Isso (extinção do REIQ) tem impacto enorme em uma economia tão cambaleante quanto a nossa, sobretudo nesses últimos tempos. A gente não precisa disso", pondera Oliveira.

De acordo com o deputado, já há um movimento intenso dentro do Legislativo para impedir que a

matéria do governo prospere. Segundo ele, parlamentares querem mostrar ao Executivo as "consequências terríveis" provenientes da suspensão do REIQ, apesar de uma aparente resistência do Palácio do Planalto em desistir da proposta. Por mais que seja difícil, Oliveira promete "enfrentar em todas as instâncias onde tiver espaço para poder debater" o caso.

O deputado tentou ficar com a relatoria da MP, mas acabou não conseguindo devido aos obstáculos colocados pelo governo para impedir que a matéria não seja aprovada. Diante desse cenário, Oliveira espera que o parlamentar que vier a ser escolhido para a relatoria não se oponha a ouvir as considerações de quem é contra a medida.

"Existem, sim, espaços para boas conversas. Estamos comprometidos em buscar uma discussão qualificada. Vamos usar o regimento da Casa para encontrar uma solução. Primeiramente, esgotando ao máximo o diálogo. Depois, buscando outras regras regimentais. A gente precisa falar bastante a todos os nossos colegas sobre o impacto que essa MP provoca no setor, para que haja clareza na hora da votação", destaca.

Agronegócio

Laércio Oliveira concorda que são necessárias modificações no regime tributário do setor químico, mas ressalta que seria mais adequado se o assunto fosse analisado dentro do contexto de uma **reforma tributária** mais ampla. "Temos de discutir profundamente os efeitos dessa alteração regulatória. É preciso colocar seriedade nisso. Precisamos acampar em torno dessa MP para fazer com que ela seja retirada ou que os efeitos dela não sejam aprovados pelo Congresso Nacional. Estamos em um momento onde o Legislativo começou a falar sobre **reforma tributária**, e esse é o ambiente propício para uma discussão profunda e qualificada sobre o REIQ, onde podemos encontrar alternativas e definir o melhor caminho", opina.

O deputado acrescenta que a **reforma tributária** "é onde podemos apresentar argumentos alternativos, que mantenham a produtividade da indústria química, setor tão importante para o nosso país e o mundo". "A indústria química oferece soluções para todas as etapas de produção. Hoje, o Brasil tem a sexta indústria química do mundo. E, dentro do Brasil, a química é a terceira maior indústria. Sem a química,

por exemplo, não há agronegócio, que é o setor que mais se destaca na nossa balança comercial", alerta o parlamentar.

"Portanto, temos que nos esforçar ao máximo para encontrar alternativas. Na Frente Parlamentar de Apoio à Indústria Química tem muita gente boa e competente que tem todas as condições de mudar o pensamento com referência a algo que seja produzido que vá de encontro ao que pensa o setor", completa.

Guedes quer dividir reforma tributária entre Câmara e Senado



Andamento. O ministro Paulo Guedes defende que a mudança no sistema de impostos deve ser feita de forma fatiada

MANOEL VENTURA - BRASILIA / (Colaborou Fernanda Trisotto)

O governo discute com integrantes do Congresso dividir o andamento da **reforma tributária** entre a Câmara e o Senado em projetos que tramitariam ao mesmo tempo nas duas Casas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), concordaram que a mudança no sistema de **impostos** deverá andar de forma fatiada.

Guedes discutiu o assunto nesta semana com Pacheco. De acordo com interlocutores dos dois, o presidente do Senado decidiu se engajar no andamento da proposta e concordou no fatiamento da reforma.

A ideia de Guedes é que a reforma seja dividida em quatro partes -ou "capítulos", como ele se refere. Duas partes começarão a tramitar pela Câmara e duas pelo Senado. Após a aprovação em uma Casa, os projetos serão enviados para a outra.

A primeira parte da reforma já foi enviada pelo governo e está sob análise dos deputados. Trata-se da criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir da unificação de PIS e Cofins. A intenção do ministro é que estados possam aderir ao sistema, com a inclusão do ICMS na conta. Mas cada estado teria direito a decidir se entra ou não na CBS. Esse modelo é chamado tecnicamente de IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) Dual.

NOVO REFIS

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresentou ontem o relatório de uma proposta mais ampla, discutida numa comissão de deputados e senadores. A comissão especial na Câmara que receberia esse material foi extinta por Lira e, por isso, o relatório não terá validade. O governo é contra esse texto porque obriga estados a entrarem na reforma, o que poderia forçar a União a criar um fundo para compensar as eventuais perdas.

Outra etapa da reforma defendida pelo governo trata do IPI. O plano é tomar o imposto um tributo seletivo apenas para bens que geram externalidade negativa (efeitos adversos), como cigarro e bebida.

Na terceira etapa, o governo pretende tratar do tributo sobre renda. A ideia é reduzir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica como forma de fomentar a atividade econômica. Porém, ao mesmo tempo, o objetivo é criar **impostos** sobre lucros e dividendos, hoje isentos, além de tributar outros produtos financeiros.

Nas reuniões internas entre o governo e o Congresso, está sendo discutido por onde começariam tramitar cada um dos projetos.

O quarto capítulo da **reforma tributária** deverá começar pelo Senado e vem sendo chamado de "passaporte tributário". A intenção nesse caso é ampliar as renegociações com devedores, permitindo o pagamento de débitos com a União (com desconto) e o fim de discussões judiciais.

Esse projeto é uma forma de atender aos pedidos de Pacheco, que quer um novo Refis (desconto em dívidas).

Guedes tem resistências ao Refis e ofereceu a negociação tributária, que vem sendo aplicada desde o ano passado.

O plano de Guedes é, em um capítulo posterior, depois que as quatro etapas forem aprovadas, discutir o que vem sendo chamado de "imposto digital". Seria um imposto sobre transações eletrônicas, com o objetivo de reduzir os **tributos** sobre a folha de pagamento das empresas.

Ao apresentar o parecer de reforma elaborado na comissão mista, Ribeiro voltou a defender uma proposta ampla, criticada por Lira e pela equipe econômica.

-Estamos tratando aqui da reforma com foco no consumo, que talvez hoje seja o maior problema que nós temos no custo Brasil - argumentou.

O que será tratado em cada "capítulo"

CBS. Já sob análise da Câmara, o projeto prevê a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir da unificação de PIS e Cofins. A inclusão do ICMS seria permitida, mas caberia a cada estado a decisão de aderir ou não à CBS.

IPI. O plano é tornar o imposto um tributo seletivo apenas para bens que geram externalidade negativa que são efeitos adversos, como cigarro e bebida. Ainda não está definido se começaria a tramitar pela Câmara ou pelo Senado.

Tributo sobre renda. A ideia é reduzir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e, ao mesmo tempo, criar **tributos** sobre lucros e dividendos, hoje isentos, além de taxar outros produtos financeiros. Também ainda não está decidido se começaria a tramitar pela Câmara ou pelo Senado.

Débito tributário.

Deve começar pelo Senado e vem sendo chamado de "passaporte tributário", pois ampliaria as renegociações com devedores, permitindo o pagamento de débitos com a União com desconto e o fim de discussões judiciais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Comissão mista de reforma tributária encerra sem votar parecer de Aguinaldo

Lu Aiko Otta

Com a apresentação do relatório final do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a Comissão Mista Temporária da **Reforma Tributária** fez ontem sua última reunião e deixou em aberto o destino da proposição.

Os próximos passos da reforma ainda vão ser definidos pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O relatório diz respeito às Propostas de Emenda à Constituição (PECs 45 e 110), ambas de iniciativa do Legislativo. Tratam da **reforma tributária** "ampla", cujo centro é a fusão dos **tributos** federais, estaduais e municipais que incidem sobre o consumo. PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS desaparecem para formar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Esse novo tributo será cobrado no Estado consumidor. Assim, inverte a lógica do ICMS, que é concentrado no local de produção. Com isso, há uma distribuição de renda entre as unidades da Federação. É uma transformação grande, que vem emperrando a reforma há mais de três décadas.

O governo federal tem outra estratégia para reformar os **tributos**. Não quer mexer na Constituição, nem na divisão de recursos entre Estados.

Prefere mudar apenas os **impostos** e contribuições federais. Isso é feito com projetos de lei, cuja votação exige apenas maioria simples. Ou seja, são maiores as chances de aprovação.

Nessa estratégia fatiada, são quatro projetos: o que reforma o PIS/Cofins e cria a Contribuição sobre Bens e Serviço (CBS), o que reforma o Imposto de Renda, o que muda o IPI e o que cria o "passaporte tributário", um programa de refinanciamento de dívidas mais restrito do que o Refis. Desses, apenas a proposta da CBS já foi apresentada. Tramita como Projeto de Lei 3.887/20.

Em tese, a PEC construída por Aguinaldo Ribeiro pode tramitar em paralelo aos projetos de lei preferidos pelo governo. Mas não estava claro, ontem, se esse será o caminho a ser tomado.

Numa fala diplomática, o relator da **reforma tributária** afirmou ontem que não há "fatiamento". Há, sim, discussão de diferentes temas. Acrescentou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, "converge conceitualmente" para a visão refletida em seu relatório.

O ministro, que desde sempre defendeu a estratégia cio fatiamento, não vê conflito entre suas propostas e as PECs 45 e 110. Diz que são "acopláveis".

A dúvida sobre o que acontecerá ao texto de Aguinaldo decorre do fato de que não existe, nos regimentos cio Legislativo, a previsão de uma comissão mista para analisar PEC de **reforma tributária**.

Por isso, o texto de Aguinaldo não pode nem sequer ser votado. O presidente da comissão mista, Roberto Rocha (PSDB-MA) disse que o grupo fez uma análise política da matéria.

Aguinaldo já havia apresentado seu texto na comissão na semana passada. No entanto, Rocha deu vista coletiva e novas sugestões puderam ser apresentadas. Aguinaldo atualizou seu relatório, mas não alterou o desenho da reforma. Disse que ajustes formais poderão ser feitos durante as próximas etapas de tramitação da proposta.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186858?page=1§ion=1

Relatora vota por excluir ICMS de PIS/Cofins a partir de 2017

MARIANAMUNIZ mariana.muniz@bsb.oglobo.com.br
BRASILIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou ontem a decidir o desfecho de um impasse bilionário entre a União e empresas em torno da retirada do ICMS da base de cálculo de PIS e Cofins, que são **tributos** federais. A mudança de regra foi decidida pela Corte em 2017, mas o governo tenta limitar os efeitos da medida, que, na prática, reduz o montante sobre o qual os **impostos** federais incidem. Isso é positivo para contribuintes, mas preocupa a equipe econômica, que teme que o Fisco tenha que ressarcir companhias em até R\$ 258,3 bilhões, segundo cálculos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

No recurso apresentado ao Supremo, a União pede para que os efeitos dessa decisão só passem a valer a partir do fim do julgamento iniciado ontem e sem que haja exceções. Ou seja, pelo pleito do governo federal, os recursos apresentados na Justiça a partir de 2017 não seriam beneficiados pelo entendimento do STF.

A primeira e única a votar até o momento foi a ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, entendeu que a decisão deve ter efeitos a partir da data do julgamento de quatro anos atrás - 15 de março de 2017 - com a exceção das ações judiciais e administrativas que já haviam sido protocoladas.

GUEDES SE REUNIU COM FUX

As empresas questionam o cálculo do governo, e argumentam que ignorar o passivo de quatro anos pode prejudicar os balanços das companhias. A sessão será retomada hoje.

O imbróglio é de longa data e de interesse para companhias de vários segmentos. Já existe até um mercado para venda de créditos em cima dos direitos previstos pelas empresas nas ações que tramitam na Justiça.

Nos bastidores do Supremo, a expectativa é que a posição de Cármen, vista como ponderada, seja adotada pela maioria dos ministros, sem muitas divergências. Vale lembrar que, para que haja a modulação dos efeitos, é preciso que oito ministros acompanhem a tese vencedora, embora exista uma discussão jurídica de que a medida seja possível com

a partir de seis votos.

Nas últimas semanas, a equipe econômica tem se movimentado para evitar o impacto fiscal do julgamento, que chegou a ser apelidado por advogados de "tese do século", devido ao seu potencial bilionário. No fim de abril, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu com o presidente do STF, ministro Luiz Fux, para pedir que o Supremo faça a chamada modulação de efeitos para restringir o impacto da medida.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Serviços encolhem 4% e ameaçam PIB

ROSANA HESSEL

O setor de serviços encolheu 4% em março, na comparação com fevereiro, apurou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado em 12 meses, o tombo foi de 8%. Três dos cinco ramos de atividade pesquisados tiveram queda, o que dividiu opiniões sobre o resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre. O setor de serviços é o que mais pesa no **PIB** e o que mais emprega.

O dado de março foi pior do que o esperado pelo mercado, que apostava em queda de 3%. Na comparação com março de 2020, houve crescimento de 4,5%. Contudo, especialistas alertam que, como a base é muito baixa, não há motivo para comemoração.

Além disso, o setor ainda não conseguiu retomar o patamar pré-pandemia, principalmente, porque o segmento de serviços prestados às famílias - o mais importante, por refletir consumo e parte do turismo - encolheu 27% em relação a fevereiro e ainda está longe de mostrar uma recuperação mais robusta. A economista Sílvia Matos, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), observa que o setor ainda está 2,8% abaixo do nível de fevereiro de 2020, com os segmentos de acomodação e alimentação e de transporte aéreo, precisando crescer 45,9% e 38,2%, respectivamente, para retornarem ao patamar pré-crise.

Economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes lembrou que, diante das incertezas na vacinação, com riscos de uma volta do abre e fecha nos próximos meses, os serviços devem ter recuperação lenta. Por isso, o **PIB** do primeiro trimestre pode cair 0,3% na comparação ao quarto trimestre. Sílvia Matos acha que o **PIB** pode vir positivo, em torno de 0,3%, mas mostra cautela. "O impacto da segunda onda acabou não sendo tão forte como o esperado, mas ainda não está claro se o segundo e o terceiro trimestres passarão incólumes, porque o atraso na vacinação não vai ajudar na retomada", alertou. Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco, também acredita em resultado positivo do **PIB** no primeiro trimestre. "A atividade vem demonstrando uma certa resiliência e a mobilidade caiu menos do que o esperado na segunda onda da pandemia", explicou. Recentemente, o banco elevou de 3,8% para 4% a previsão do **PIB** deste ano.

ontem um dia tenso, devido às expectativas de alta da **inflação** dos Estados Unidos, que pode levar o Fed, o banco central do país, a elevar os juros. O dólar subiu 1,59% e fechou em R\$ 5,305. O Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) teve queda de 2,65%, para 119.710 pontos. Foi a maior baixa diária do indicador desde 8 de março, quando desabou 3,98%. O nervosismo tomou conta dos investidores com a notícia de que a taxa anualizada de **inflação** nos EUA subiu 4,2% em abril. O núcleo da **inflação**, que exclui fatores sazonais, aumentou 3%, o maior salto em 26 anos.

Dólar dispara e bolsa cai O mercado financeiro teve

Respeito à CPI (3)

Em funcionamento efetivo há quase duas semanas, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as ações e omissões do governo no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus tem cumprindo seu papel. Por mais que cenas inaceitáveis como as vistas ontem, em que os senadores Flávio Bolsonaro e Renan Calheiros trocaram pesadas acusações, turvem o ambiente, há muito a ser esclarecido. É imperativo que se preste contas a toda população, em especial, aos familiares e amigos dos mais de 425 mil mortos pela covid-19.

Todos os convocados a prestarem depoimentos à Comissão têm a obrigação de dizer a verdade ao serem questionados pelos senadores, independentemente da coloração política que tenham. O Brasil está diante de uma grave pandemia sem que a maioria da população saiba quando será imunizada. Está claro que, se o Ministério da Saúde tivesse agido a tempo e a hora, com certeza, milhares de vidas que foram perdidas teriam sido preservadas. Famílias não seriam destruídas, pais não teriam perdido precocemente seus filhos, crianças e adolescentes não ficariam órfãos.

É verdade que o histórico de boa parte das CPIs tocadas pelo Congresso não é dos melhores. Por isso mesmo, a atual Comissão deve realizar o melhor trabalho possível para dar uma resposta à descrença que domina os brasileiros. A Comissão não pode se desvirtuar de seu propósito e se transformar em palanques para quem quer que seja. O Brasil merece respeito. Já se está pagando um preço alto demais com tantas mortes e uma economia em frangalhos, com desemprego recorde e inflação em alta. O que se quer é puramente a verdade, nada mais do que isso.

Aqueles que não têm nada a temer não precisam se preocupar com os resultados que serão apurados pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Pelo contrário, devem contribuir para que tudo seja investigado com rapidez, de forma a punir todos que foram negligentes com a mais grave crise sanitária em um século. As pessoas necessitam ter a certeza de que a impunidade não prevalecerá, que a pizza não será servida nos bastidores, quando milhares estão chorando por suas perdas. Os senadores devem isso ao país. É questão de Justiça, não de política, de acerto entre pares, em que pouquíssimos ganham.

A cada depoimento, pontas vão sendo amarradas e vai ficando claro como a negligência destruiu um dos programas de imunização mais eficientes do mundo.

Não fosse o negacionismo, mesmo com a escassez de vacinas, certamente o Brasil já teria protegido pelo menos 70% da população adulta, reduzindo muito os riscos de mortes pelo novo coronavírus. Vale lembrar que, nas campanhas de vacinação de gripe, em apenas dois meses, a rede pública de saúde é capaz de atender mais de 80 milhões de pessoas. Certamente, não seria diferente agora se todas as condições estivessem dadas.

Portanto, que a CPI da Covid cumpra exatamente o papel para o qual foi criada, apurar as ações e omissões do governo no enfrentamento da pandemia. Claro, com respeito às regras, baseada na verdade, sem politicagem, voltada para atender os anseios da população. Se os senadores falharem nessa missão, haverá razões de sobra para os eleitores repudiarem aqueles que elegeram para representá-los na Casa do Povo.

Lula lidera corrida para 2022 e tem 55% contra 32% de Bolsonaro no 2º turno



Fábio Zanini - são paulo

Pouco mais de dois meses após ter seus direitos políticos restabelecidos, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera a corrida para a Presidência com margem confortável no primeiro turno e venceria o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na segunda etapa, revela pesquisa Datafolha.

O petista alcança 41% das intenções de voto no primeiro turno, contra 23% de Jair Bolsonaro.

Em um segundo pelotão, embotados, aparecem o ex-ministro da Justiça Sérgio Moro (sem partido), com 7%, o ex-ministro da Integração Ciro Gomes (PDT), com 6%, o apresentador Luciano Huck (sem partido), com 4%, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que obtém 3%, e, empatados com 2%, o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM) e o empresário João Amoêdo (Novo).

Somados, os adversários de Lula chegam a 47%, apenas seis pontos percentuais a mais do que o petista. Outros 9% disseram que pretendem votar em branco, nulo ou em nenhum candidato, e 4% se disseram indecisos.

O levantamento ouviu 2.071 pessoas, de forma presencial, em 146 municípios, em 11 e 12 de maio. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Num eventual segundo turno contra Bolsonaro, Lula levaria ampla vantagem, com uma margem de 55% a 32%. Receberia a maioria dos votos dados a Doria, Ciro e Huck, enquanto o presidente herdaria a maior fatia dos que optam por Moro, seu ex-ministro da

Justiça e atual desafeto.

O petista venceria na segunda etapa contra Moro (53% a 33%) e Doria (57% a 21%).

Já Bolsonaro empataria tecnicamente com Doria, marcando 39%, contra 40% para o tucano. E perderia para Ciro, obtendo 36%, contra 48% para o pedetista.

É a primeira pesquisa de intenção de voto do Datafolha feita desde que o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, anulou as condenações judiciais do petista, com a justificativa de que a Justiça Federal em Curitiba não era o foro competente para as ações.

A decisão foi referendada pelo plenário do STF, que deu a Lula outra vitória na Lava Jato: o reconhecimento de que o ex-juiz Sérgio Moro foi parcial ao condenar o petista no caso do triplex de Guarujá (SP).

As decisões do Supremo não significam a absolvição de Lula, uma vez que as quatro ações penais do ex-presidente na Lava Jato foram transferidas para Brasília.

Na prática, o petista readquiriu o direito de disputar a Presidência no ano que vem, e não perdeu tempo em retomar contatos políticos.

Após ter sido imunizado com as duas doses contra a Covid-19, ele viajou a Brasília na semana passada, onde teve encontros com representantes de diversos partidos.

Além de contatos com a esquerda, conversou com líderes do centrão e até do MDB, que capitaneou o impeachment conta a ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Assim que a pandemia permitir, ele pretende também realizar viagens por estados brasileiros, numa espécie de pré-campanha. Segundo aliados, Lula pretende se apresentar como um político moderado, de centro, e cogita repetir a fórmula de suas duas vitoriosas campanhas presidenciais, em 2002 e 2006, com um empresário como vice.

Nesta pesquisa, Lula mantém seu padrão tradicional

de apoio, com índices superiores de intenção de voto em segmentos de menor renda e escolaridade.

Ele marca 51% entre os que declaram ter ensino fundamental, e 47% na faixa de renda familiar de até dois salários mínimos mensais.

Por outro lado, seu índice cai para 30% nos que têm curso superior, e 18% no estrato mais rico, o de renda maior do que dez salários mínimos. Mais uma vez, o Nordeste demonstra ser o maior reduto eleitoral para o petista, onde ele atinge 56%.

Bolsonaro, por sua vez, vive um momento de abalo em sua imagem, em razão da criticada gestão da pandemia, que é objeto de uma CPI no Senado.

Ele tem 36% das intenções de voto entre os que declaram estar vivendo normalmente, mesmo com a pandemia, em empate técnico com Lula (33%). Bolsonaro tem promovido aglomerações e muitas vezes dispensa o uso de máscaras.

Na outra ponta, aqueles que dizem estar totalmente isolados apoiam Lula de forma maciça (58%), contra apenas 8% dados a Bolsonaro.

O presidente tem mais apoio do que a média entre os homens (29%), os eleitores que têm ensino médio (26%) e os de renda de 5 a 10 salários mínimos (30%).

O presidente perde para o petista em todas as regiões, mas tem melhor desempenho no Sul e no Centro-Oeste/Norte, regiões nas quais é forte o agronegócio, uma de suas grandes bases de apoio. Tem 28% em ambas.

Em outro segmento que costuma dar apoio ao presidente, o dos evangélicos, Bolsonaro tem 34%. Mas Lula também vai bem neste grupo, com 35% das intenções de voto, uma situação de empate técnico.

Bolsonaro também sofre os efeitos do aumento do desemprego e do repique da inflação, sobretudo a de alimentos.

No mês passado, o pagamento do auxílio emergencial pelo governo federal foi retomado, mas com um valor mais baixo, o que limitou a recuperação da popularidade do presidente.

Dentre os que receberam o benefício, 22% declaram intenção de voto em Bolsonaro, o que não destoa da média geral aferida pelo instituto.

Entre os que se declaram desempregados à procura de trabalho, Bolsonaro tem apenas 16% das intenções

de voto. O único estrato profissional em que ele lidera é o dos empresários, com 49% contra 26% de Lula.

Com o avanço da CPI da Covid, os apoiadores do presidente retomaram a participação em manifestações de rua, muitas vezes ignorando os protocolos de proteção contra a pandemia. Isso ocorreu em diversas cidades no Dia do Trabalho, enquanto o próprio presidente prestigiou um ato de motociclistas em Brasília no domingo (8).

As últimas semanas também viram uma intensa movimentação de Ciro, que busca dar uma guinada ao centro após a volta de Lula ao cenário eleitoral.

Seu partido contratou o publicitário João Santana, que trabalhou com o PT, para mostrá-lo como uma alternativa à polarização representada por Lula e Bolsonaro. Em vídeos divulgados em redes sociais, Santana também tem buscado suavizar a imagem do ex-ministro, conhecido pelo pavio curto.

Ciro se sai melhor entre os que têm ensino superior (11%) e no estrato mais rico (13%).

A pesquisa revela ainda que Doria segue tendo dificuldades para capitalizar politicamente o fato de ter trazido ao Brasil a Coronavac, parceria do Instituto Butantan com um laboratório chinês.

Até o momento, cerca de 80% das vacinas aplicadas no Brasil são fruto dessa parceria, mas o tucano não tem conseguido transformar esse fato em intenções de voto.

Com relação aos demais candidatos, há dúvidas se vão mesmo concorrer. Huck teria de deixar um lucrativo contrato com a TV Globo, enquanto Moro desgastou-se após a série de derrotas sofrida pela Lava Jato.

54% não votariam no atual presidente de jeito nenhum. Para se reeleger em 2022, Jair Bolsonaro também terá de enfrentar um alto índice de rejeição, que ultrapassa metade do eleitorado e poderá ser um complicador, especialmente em um segundo turno.

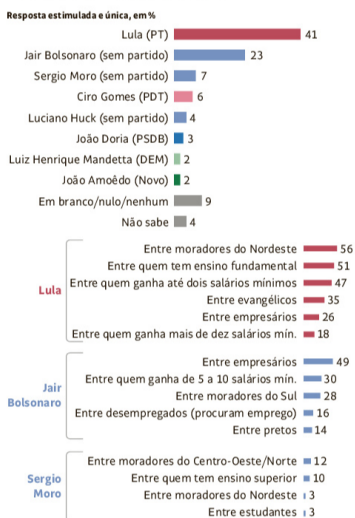
Dentre os entrevistados pela pesquisa Datafolha, 54% dizem que jamais votariam nele.

A rejeição de Lula é a segunda maior, com 36%, seguida pelas de Doria (30%), Huck (29%), Moro (26%) e Ciro (24%).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49526>

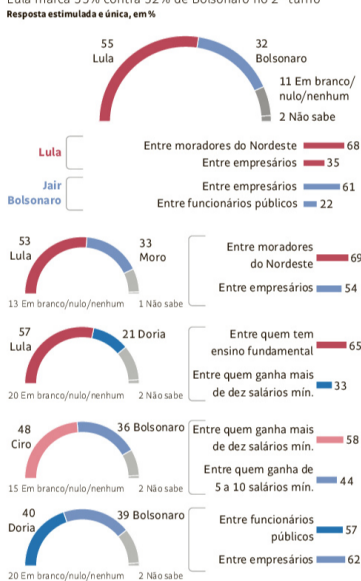
Lula lidera corrida eleitoral de 2022



Petista aparece à frente na pesquisa espontânea



Lula marca 55% contra 32% de Bolsonaro no 2º turno



Bolsonaro tem a maior rejeição



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.071 brasileiros com 16 anos ou mais nos dias 11 e 12 de maio. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Rendimento do brasileiro deve cair em 2021, diz pesquisa do BC

Larissa Garcia *brasil*

O rendimento do brasileiro deve cair 1,3% ao fim de 2021, segundo levantamento feito pelo Banco Central com economistas divulgado nesta quarta-feira (12). A maioria dos entrevistados também projeta que o **PIB** (Produto Interno Bruto) deve alcançar os níveis observados antes da pandemia de Covid-19 no quarto trimestre deste ano.

A questão levava em conta a renda proveniente do trabalho. O mercado estimou que os ganhos efetivos, quando são incluídas outras fontes além do emprego, devem subir 0,6% no ano, percentual é que considerado estabilidade.

Em relação ao **PIB**, quem não vê uma recuperação da atividade ainda neste ano, projeta que a retomada do patamar pré-crise sanitária ocorra no primeiro trimestre do ano que vem.

As questões foram enviadas antes da reunião mais recente do Copom, que ocorreu em 4 e 5 de maio. As respostas contribuem para o conjunto de informações que subsidiam a decisão sobre a Selic, taxa básica de juros.

As perguntas são feitas em todas as reuniões, mas esta é a primeira vez que a autoridade monetária divulga o conjunto de respostas.

Em relação ao mercado de trabalho, a expectativa dos economistas ouvidos pelo BC é que a taxa de desemprego encerre o ano em 13,8%.

No quarto trimestre de 2020, o índice de desemprego ficou em 13,9%, de acordo com o IBGE. A renda média mensal dos brasileiros ficou em 13\$ 2.520 no trimestre terminado em fevereiro, queda de 13\$ 65 em relação aos três meses anteriores, mas alta de 13\$ 32 na comparação com o mesmo período de 2020.

"Temos hoje dois dados muito distintos, a Pnad [do IBGE] e o Caged [do governo], ambos passaram por mudanças em decorrência da pandemia, e os dois apresentam problemas. O mercado de trabalho é parte fundamental do processo de recuperação da renda do brasileiro. A renda efetiva foi bastante inflada com o auxílio emergencial no ano passado, por exemplo. Vamos ter problemas com essa base de comparação

também", explica Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

O especialista diz que no quarto trimestre do ano a perda de renda do brasileiro chegou a 11%.

Para o economista-chefe da consultoria Análise Econômica, André Galhardo, o mercado de trabalho deverá passar por um processo conhecido no meio econômico como histerese, quando um indicador demora a se recuperar de um choque. "O desemprego deve ficar em níveis elevados, na melhor das hipóteses, por cinco anos. Apesar da retomada esperada para o fim de 2021, o emprego não deve se recuperar tão rápido."

O analista lembra que, além de perder renda em termos reais, o brasileiro também deve ter o poder de compra corroído pela **inflação**. "A alta dos preços deve continuar em aceleração até junho, quando chegará próximo de 8%, para de pois arrefecer, então a renda será penalizada", pontua.

Galhardo lembra que a **inflação** dos mais pobres é ainda mais elevada. "O INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor] já mostrou essa disparidade, porque engloba faixas de renda mais baixas", lembra.

O IN PC mostra a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 5 salários mínimos, e o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), considerado a **inflação** oficial do país, leva em conta a cesta de quem ganha de 1 a 40 salários. Ambos são medidos pelo IBGE.

Em abril, o IPCA ficou em 6,76% no acumulado dos 12 meses, e o INPC, em 7,59%.

Além disso, para a maioria dos entrevistados, a dívida pública bruta só atingirá seu pico em 2029. Parte diz acreditar que o endividamento do governo alcançará seu maior nível em 2025. Atualmente, a dívida está 89,1% do **PIB** e soma 13\$ 6,72 trilhões.

Entre os economistas consultados, 44% respondeu que o ambiente externo está mais favorável hoje em comparação com a reunião anterior do Copom (Comitê de Política Monetária) do BC, em março. Apenas 16% disseram estar menos favorável e 40% afirmam que não houve mudanças relevantes no cenário internacional.

Na semana passada, o comitê elevou a Selic em 0,75 ponto percentual, a 3,50% ao ano, e sinalizou nova alta de mesma magnitude em junho.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

26

Banco vê efeito limitado de commodity no dólar

Eduardo Cucolo *são paulo*

Dois fatores que têm contribuído para a valorização do real nas últimas semanas não vão ajudar tanto a moeda em 2022: o ritmo de alta das commodities e a alta dos juros no Brasil.

A avaliação é do Itaú Unibanco, que projeta uma taxa de câmbio de R\$ 5,30 no fim deste ano e de R\$ 5,50 em dezembro de 2022.

"A gente até pode ver o real se fortalecendo mais intensamente a curto prazo, passado esse susto com o índice de preços ao consumidor americano (leia à pág. A22), mas as incertezas fiscais brasileiras e a tendência de início da remoção de estímulos nos EUA trazem o dólar de voltar para R\$ 5,30 no final do ano", afirma o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita.

"[Em 2022] commodities ajudam, mas não tanto. Política monetária ajuda, mas não tanto, e o risco fiscal segue elevado", diz o economista, sobre a desvalorização esperada para a moeda brasileira no próximo ano.

Para 2022, a expectativa da instituição é que o Banco Central não mexa na taxa básica de juros, que neste ano deve passar ainda dos atuais 3,5% para 5,5% ao ano. A alta dos juros é citada pelo Itaú como um dos fatores que estão ajudando a valorizar o real.

Ao mesmo tempo, o Federal Reserve (banco central dos EUA) deve promover a retirada de estímulos à economia.

"Este é um ano em que a postura relativa da política monetária favorece o real. Não vai ser tanto no ano que vem." Em sua avaliação, os preços de commodities podem se sustentar em níveis elevados por mais alguns trimestres, mas não vê um novo "superciclo" de alta, como na primeira década do século. Segundo Mesquita, o ciclo anterior tinha muito a ver com o estágio de desenvolvimento da economia chinesa na época.

Dados apresentados pelo banco durante evento online sobre macroeconomia mostram que o preço das commodities não se refletem em valorização das moedas dos países exportadores, principalmente entre

os emergentes, embora esse deslocamento também seja visto em relação a economias desenvolvidas.

Entre os países em desenvolvimento, os números mostram que o deslocamento é maior nas economias com risco-país mais elevado, como o Brasil.

A instituição também calculou qual o impacto da alta do câmbio e das commodities sobre a **inflação** brasileira. Em 2020, o câmbio foi responsável por um desvio de 2,5 pontos percentuais na **inflação** em relação à meta e a alta dos produtos básicos teve um impacto de 0,6 ponto. Em 2021, os números já mostram impacto de 0,8 ponto do câmbio e 1,9 ponto de commodities.

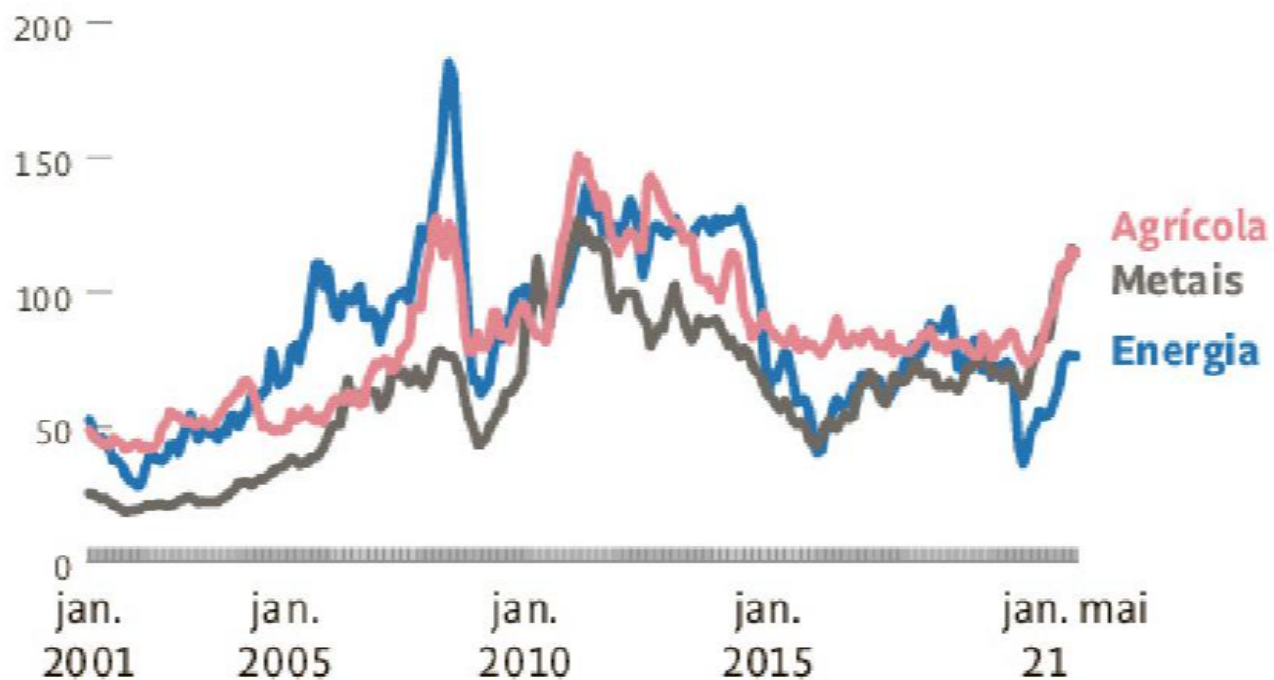
"Os principais vilões para este ano e o passado têm características em comum. O grande vilão em 2020 foi o câmbio. Para este ano, são as commodities, principalmente petróleo e agrícolas" diz a economista do Itaú Julia Passabom. O banco projeta uma **inflação** medida pelo IPCA de 3,3% neste ano e de 3,6% no próximo.

Passabom afirma que outro fator que influencia os preços de commodities são as incertezas climáticas no Brasil e nos EUA. No caso brasileiro, a pior seca da história encarecerá conta de luz, devido ao acionamento de mais termelétricas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49526>

Commodities vivem novo ciclo de alta



Fonte: Itaú Unibanco

"Apagão" de vacinas já preocupa secretários

- COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

Não poderia ter sido pior o timing do depoimento de Fábio Wajngarten à CPI da Covid: no dia em que o ex-Secom forneceu aos senadores documento indicando que Jair Bolsonaro negligenciou as negociações com a Pfizer, o País deu mais um passo rumo a um abismo perigoso, o do apagão de vacinas por causa da escassez de insumos. Segundo secretários municipais e estaduais de Saúde ouvidos pela Coluna, cresce o temor de uma combinação nefasta: faltar imunizantes quando a curva de contaminação de brasileiros dá sinais de que pode voltar a subir.

» Por... A sala de comando da CPI não tem mais dúvidas: todos os caminhos percorridos até aqui levam a Eduardo Pazuello.

» ...linhas tortas. Ou seja, pode não ter sido uma boa Pazuello ter empurrado seu depoimento para depois do ex-Secom e do presidente da Anvisa, Barra Torres. E hoje ainda tem na CPI o representante da Pfizer...

» Nem a pau. Por isso, ganhou ainda mais força no governo a turma defensora da ideia de que Pazuello precisa ser mantido longe da CPI, a qualquer custo.

» Xá... Não foi apenas para "lacrar", defender seu amigão e tumultuar a sessão a aparição de Flávio Bolsonaro na CPI chamando Renan Calheiros de "vagabundo".

O clã Bolsonaro está insatisfeito com o estilo "low profile" e "old school" da turma governista, liderada por Ciro Nogueira (PP-PI).

» ...comigo. Porém, essa turma governista das antigas tem alertado reiteradamente o Planalto: atacar e ofender Renan não costuma ser uma boa ideia...

» Aff. Marcelo Queiroga e sua equipe no Ministério da Saúde, em discursos públicos, têm se referido à vacina Coronavac pelo seu nome menos conhecido, Sinovac.

Para evitar dar palco e projetar o adversário político de Bolsonaro: Doria.

» **Inflação?** Lembrou bem Marcelo Freixo (PSOL-RJ): "O quilo da picanha do churrasco do Bolsonaro é mais

caro do que o salário mínimo do trabalhador".

» Bingo. A mais recente pesquisa Datafolha confirma o que a Coluna já mostrou: um segundo turno sem Bolsonaro em 2022 passou a fazer parte do cálculo de estrategistas e políticos.

» CLICK. Baleia Rossi visitou o ex-presidente José Sarney, a quem chamou de "ponto de equilíbrio": "Conversamos sobre o MDB e nossas perspectivas para 2022".

» Filho... Alexandre Leite, deputado federal e filho do vereador Milton Leite, assume o comando do DEM-SP com a saída de Rodrigo Garcia para o PSDB.

» ...e pai. Apesar de estar "perdendo" um quadro importante, Milton Leite banca a ida de Garcia para o PSDB. Motivo? O presidente da Câmara Municipal caminha no mesmo rumo de Doria e de Bruno Covas.

» Agora vai? O governo paulista dá hoje, 13, o "start" para a retomada do Rodoanel Norte, dentro das novas concessões do Estado: a audiência pública será realizada, de forma virtual, no próximo dia 28.

» Gigante... O advogado e ex-ministro João Santana lança hoje, 13, em live (19h) no Instagram da Livraria da Vila, o livro O Estado a que Chegamos, em que trata da gestão pública e faz uma síntese do surgimento do nosso gigantismo estatal do Brasil.

» ...estatal. Santana auxiliou Dilson Funaro na Fazenda e foi ministro da Infraestrutura.

» SINAIS PARTICULARES.

Jair Bolsonaro, presidente da República

PRONTO, FALE!!

Marcelo Adnet Humorista

"Me informam que fui citado na CPI da Covid. É um orgulho nunca ter estado ao lado desse projeto de desgoverno que sempre ajudei a denunciar e combater."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O medo de inflação nos Estados Unidos - CELSO MING

CELSO MING

Há dias grande número de analistas não vinha escondendo sua preocupação com a possibilidade de uma disparada da inflação nos Estados Unidos. Pois nesta quarta-feira saíram as informações sobre o Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) e a surpresa foi geral: em abril, a inflação dos Estados Unidos subiu 0,8%, de 4,2% em 12 meses, mais do que o dobro dos 2,0% ao ano perseguidos pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano).

Foi o salto de vara mais alto em um único mês para um período de 12 meses nos últimos 12 anos. As projeções eram de inflação em abril em torno de 0,3%. É fato novo que terá impacto não só nos Estados Unidos, mas no mundo.

A reação do mercado financeiro foi imediata: os juros praticados na revenda dos títulos saltaram; as bolsas de Nova York, que já vinham operando em baixa há alguns dias pelo medo da inflação, caíram ainda mais; e o dólar se valorizou diante das outras moedas.

As autoridades do Fed já tentavam desarmar os espíritos com a explicação de que a possível esticada seria devida aos gargalos nas cadeias globais de produção em consequência da pandemia - que paralisou a atividade econômica em muitos países. Com base nesse diagnóstico, a inflação seria temporária.

Por não ser produzida por demanda excessiva, o Fed não teria de combatê-la com redução do volume de moeda (alta dos juros).

O mundo dos negócios pareceu insatisfeito com essa explicação e passou a temer pelo fim do ciclo de baixa dos juros. Mesmo que esse aperto monetário aconteça só dentro de alguns meses, todo o mercado, que se baseia em contratos de longo prazo, sentiu a necessidade de fazer ajustes imediatos.

Levaram em conta outras análises: as de que a inflação tem origem menos no aumento dos custos dos suprimentos de materiais, peças e insumos e mais na demanda produzida pela abundância de recursos. Por isso, embora os dirigentes do Fed venham tentando afastar a hipótese do aperto monetário, se

persistir essa inflação, acabariam por optar por juros crescentes até o nível que controlasse a alta.

Assim, o primeiro impacto seria na atividade econômica. O crescimento do **PIB**, que se previa promissor, acabaria por ser mais baixo, embora não seja possível agora uma quantificação dessa quebra.

O segundo seria nas aplicações do mercado financeiro. Juros mais altos voltariam a puxar a procura por títulos de renda fixa, especialmente os do Tesouro dos Estados Unidos (treasures). E, na medida em que houvesse redução do volume de recursos no mercado, seria inevitável alguma valorização do dólar. Como tudo o que diz respeito a dinheiro mexe com os bolsos e atíça medos de perda, os mercados levarão alguns dias para avaliar o novo ponto de equilíbrio.

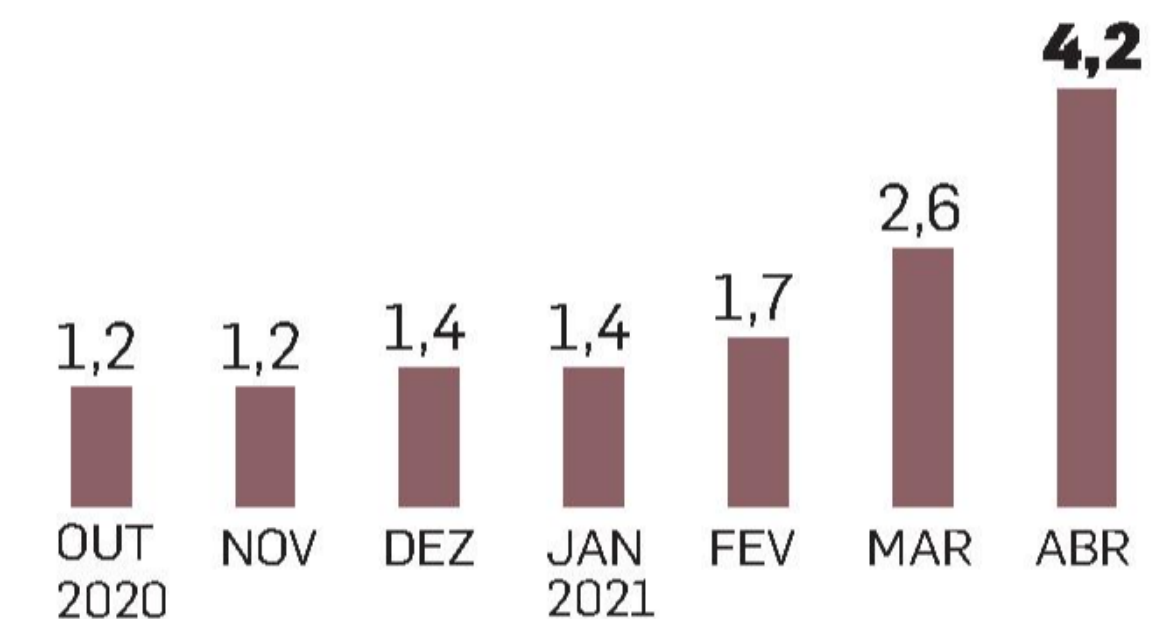
Se a perspectiva de alta dos juros persistir, espera-se alguma migração das aplicações financeiras da renda variável para a renda fixa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INFLAÇÃO NOS EUA

● Evolução do Índice de Preços ao Consumidor (CPI)

VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES,
EM PORCENTAGEM



FONTE: BLS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

É inadmissível que universidades públicas corram risco de fechar (3)

Em artigo publicado semana passada no GLOBO, a reitora e o vice-reitor da UFRJ, Denise Pires de Carvalho e Carlos Frederico Leão Rocha, afirmaram que a universidade terá de paralisar as atividades em julho, em virtude da falta de verbas. Situação semelhante vivem as universidades federais em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Juiz de Fora e Brasília.

O orçamento liberado até agora para gastos discricionários das federais é de R\$ 2,6 bilhões, equivalente ao total de 2004, quando elas eram 51 instituições e tinham menos da metade do 1,3 milhão de alunos que se distribuem hoje por 69. Mesmo se liberada a verba retida, o total chegaria a R\$ 4,3 bilhões, patamar de 2006, quando havia 54 universidades. Nos últimos 11 anos, houve corte de 37% nas despesas discricionárias, que incluem pagamento das contas de água, luz, segurança, além de bolsas de estudo e programas de auxílio estudantil.

Exemplo do aperto é a Unifesp, Universidade Federal de São Paulo. Seu orçamento foi cortado em 20%, e, na redistribuição das verbas, restaram apenas R\$ 21,1 milhões para o custeio básico: contas de luz, água, limpeza, manutenção e segurança, suficientes, como na UFRJ, apenas até julho.

É uma lástima que tenham sido sucateados os centros produtores de ideias e conhecimentos, essenciais não só para o futuro do país, mas no próprio presente. Evidente que é preciso socorrer com urgência as universidades federais, para que não se interrompam cursos nem pesquisas e atividades fundamentais neste momento de pandemia.

Deve-se entender, contudo, que a situação atual resulta da opção por um modelo de gestão errado, em que os gastos com ensino e pesquisa produtivos acabam pressionados pelo crescimento vegetativo da folha de pagamento de funcionários da ativa e aposentados. Até hoje as universidades públicas resistem a práticas comuns em instituições privadas ou no exterior, como remuneração atrelada a produtividade e desempenho, garantia de estabilidade apenas às categorias em que ela é essencial para manutenção da independência acadêmica e outras medidas que permitiriam liberar recursos para usar onde são necessários.

O resultado, segundo o último relatório de educação

da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com dados de 2017, é que o gasto público com ensino superior aumentou 85% no Brasil entre 2005 e 2017. O Estado brasileiro investe 1,1% do **PIB** em educação universitária, 10% acima da média da OCDE. Dos gastos totais do governo, 3,6% são destinados ao ensino superior, ante média de 2,1% na OCDE e 1,8% -metade-na União Europeia.

Desse total, 71% representam despesa com pessoal, ante média de 67% na OCDE. Claro que é essencial garantir recursos para a sobrevivência imediata das universidades federais. Mas é urgente, também, que elas próprias entendam que não há como um estado em crise fiscal aguda manter o nível de financiamento nos padrões a que se habituaram. Será preciso rever esse modelo -e é bom começar logo.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>